

FORMAÇÃO DO PROFESSOR COMO MEDIADOR DE LEITURA E ESCRITA

Josevânia Teixeira Guedes¹
Vera Lúcia Maia Santos²
Geilza Maria Chagas Santos³

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma reflexão a partir de um debate teórico sobre a formação do professor como mediador de leitura e escrita. A argumentação no corpo deste texto considera as transformações da sociedade moderna e as diversas formas de ler e de escrever que se desenvolvem envolvendo o mundo real e o mundo virtual que é tão real. O recorte teórico está pautado em Bamberger (2012), Freire, (2006), Larossa (2010), Nóvoa (1997). O debate sobre a formação docente na atualidade deixa claro o quanto estão esses profissionais distanciados da realidade técnica e cultural que se forma velozmente e de forma surpreendente. O texto ainda se reporta à necessidade de repensar a leitura e a escrita como se têm mostrado neste período da civilização e de como se encontra o docente despreparado para exercer a difícil missão de mediar a leitura e a escrita. Há um novo mundo e uma variedade incomensurável de formas de ler e de escrever que nos reduzem à condição de estrangeiros no próprio país. Tangencia-se, inclusive, a séria questão dos investimentos em formação docente para eventos que mantêm um padrão que não se ajusta à geração de crianças e jovens em processo de formação.

Palavras-chave: Formação. Docente. Mediador. Leitura. Escrita

ABSTRACT

This study aims to present a reflection on a theoretical debate about the teachers' education as a mediator of reading (and writing). The argument of this text considers the transformations of modern society and the various ways of reading and writing that develop involving the real world and the virtual world (which is so real). The theoretical framework is guided by Bamberger (2012), Freire (2006), Larossa (2010), Novoa (1997). The debate over teachers' education today makes clear how much these professionals are distant from reality and cultural technique that increase quickly and surprisingly. The text also refers to the necessity to rethink the reading and writing as if they have shown during this period of civilization and how the teachers are unprepared to perform the difficult task of mediating reading (and writing). There is a new world and a variety of incommensurable forms of reading and writing that reduce us to the status of foreigners in our own country. It is a serious question of investment in teacher training for events that maintain a standard that does not conform to the generation of children and youth in the training process.

Keywords: Training. Reader. Mediator. Reading. Writing

Keywords: Training. Reader. Mediator. Reading. Writing

¹ Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes, especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Pio Décimo. Professora da Educação Básica do Colégio Santa Chiara e da Faculdade Pio Décimo. Coordenadora da Linha de Pesquisa Iniciação à Pesquisa Científica na Educação Superior do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/PPED/Unit/CNPq) e Voluntária do Projeto TRANSEJA do Observatório de Educação da UNIT/CAPES/INEP. E-mail: josevaniatguedes@gmail.com

² Master Of Science em Ciências da Educação pela Universidade Internacional de Lisboa, especialista em Administração e Supervisão Escolar pela Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo. Professora da Educação Básica e da Faculdade Pio Décimo. E-mail: vmaia@infonet.com.br

³ Master Of Science em Ciências da Educação pela Universidade Internacional de Lisboa, especialista em Alfabetização pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Professora da Faculdade Pio Décimo. E-mail: geilzachagas@ibest.com.br

INTRODUÇÃO

Um tema em crescente debate atualmente é o da formação docente, mas o tema concernente à leitura há muito está na pauta das discussões de estudiosos que apresentam resultados não muito animadores sobre a preparação do leitor nas salas de aula. O que, em geral, apontam os pesquisadores são resultados voltados para o desinteresse das crianças e dos adolescentes quanto a ler. Apesar de um infindável e complexo sistema de métodos e técnicas que buscam despertar crianças e jovens para o fascinante e útil universo da leitura, pouco se tem conseguido. Tenta-se a todo custo criar nesses jovens o gosto pelos livros, o hábito de ler obras significativas da literatura brasileira. Tenta-se também incrementar a atividade da leitura de jornais e revistas, mas sem o esperado sucesso, Bamberger (2012, p. 22) afirma que muitos não leem livros justamente porque não sabem ler direito e que:

Ninguém gosta de fazer coisas em que encontra muita dificuldade. Obedecendo à lei do menor esforço, o comportamento mais comum, num caso assim, será recorrer a outro tipo de passatempo ou informação, ou se contentar com a ociosidade intelectual, isto é, perder o interesse pela educação permanente. Também se examinaram casos de alunos que gostam de ler e que, portanto, leem muito. Essas crianças revelavam habilidades de leitura muito bem desenvolvidas, liam mais depressa e compreendiam melhor do que o aluno médio.

Os dias transcorrem, os anos, as décadas e, ao olhar ao redor, o que se nota é o completo abandono da leitura que recomendam os especialistas, leitura essa trocada por outros tipos considerados de péssimo gosto e de resultado nefasto, a exemplo do que se lê em redes sociais e em sites que publicam indiscriminadamente, porque aberto é o mundo virtual.

A criança prefere escolher, o adolescente se rebela contra a imposição e o adulto, por sua vez, tem como critério de leitura o gosto. Isto é, “[...] começo a ler um livro e, se gostar, continuo lendo até a última página; se não gostar, abandono a leitura [...]”. Paulo Freire (2006, p. 11), ensina que:

[...] a leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Essa cultura se instalou no país e agora se encontra um empecilho de porte considerável quando se quer formar leitores. Como adultos acostumados a ler apenas aquelas páginas que atendem ao seu prazer particular, ao seu estado de espírito, poderiam encaminhar

crianças e jovens para uma leitura criteriosa e que envolva obras de reconhecido valor literário ou informativo? Que destino terá a produção textual em um ambiente em que cada um quer se expressar livremente, mas não compreende que, além de sua sensibilidade, há a obra de arte feita com a palavra e que pereniza os mestres da linguagem? Como poderá a atual geração desenvolver o espírito crítico, a interpretação textual? Como chegarão esses jovens a demonstrar desempenho satisfatório em diversas circunstâncias da vida? Como introduzi-los no universo da leitura de forma prazerosa?

Larrosa (2010, p. 139), explica que

Uma lição é a leitura e o comentário público de um texto cuja função é abrir o texto a uma leitura comum. Por isso, o começo da lição é abrir o livro, num abrir que é, ao mesmo tempo, um convocar. E o que se pede aos que, no abrir-se o livro, são chamados à leitura não é senão a disposição de entrar no que foi aberto. [...] Hospitalidade do livro e disponibilidade dos leitores. Mútua entrega: condição de um duplo dever.

Para trilhar o caminho da leitura pelo qual passaram muitos professores e alguns alunos, se encontrará, na linha do tempo, uma época em que o professor determinava o que deveria ser lido, era o período da ditadura sobre o que ler. O passado revela situações as mais diversas desde a proibição de algumas obras, passando pela queima de outras e, isto sem que se deixe de mencionar a radical imposição sobre a mulher, cerceada em seu direito à educação, à fala, à voz, à expressão de seu pensamento.

No passado se encontram os registros de escolas que indicavam listas de obras escolhidas pela cúpula das instituições e, muitas dessas leituras tinham como objetivo atender aos interesses do Poder. Portanto, qualquer texto que esclarecesse as ideias, que despertasse as consciências, era eliminado das listagens.

Nos anos 60, do século passado, por exemplo, no Brasil, havia a relação de obras de leitura obrigatória para a prestação de vestibulares. Sim, eram excelentes exemplos da literatura nacional, como *Vidas secas*, de Graciliano Ramos; *Os sertões*, de Euclides da Cunha; *Os Corumbas*, de Amando Fontes; *O Guarani*, de José de Alencar, além de outros.

Àquela época era a imposição de poucos sobre a maioria e sem que se desse uma explicação sobre o processo de seleção de obras. Tais e outras produções literárias continuam prestigiadas, e com razão, mas, fica a sensação de que somente esses e outros autores têm a graça e o privilégio da escrita. Isto seria verdadeiro? Seria apropriado dizer que pessoa alguma poderá alcançar o *status* de um Machado de Assis, de um Érico Veríssimo, de uma Rachel de Queiroz?

Estas e outras perguntas foram se acumulando na mente da juventude diante da irrecorrível realidade de que, por mais que tentassem, seriam, fatalmente, pequenos, medíocres. Dessa forma, e ao longo das décadas, algumas consciências foram se alargando, compreendendo, fazendo inferências como: Por que somente eles? Por que o que eu escrevo nada vale? Por que o autor tal é condenado ao esquecimento?

A sociedade alcançou outro patamar, mergulhou nas percepções democráticas e, então, gritou: eu também sei escrever, ler; fulano, sicrano e beltrano também sabem; eu gosto de ler este tipo de livro, de jornal, de revista. Houve uma insubordinação? Uma revolução? O que houve, enfim? Houve um momento em que os olhos da mente passaram a ver melhor, passaram a entender que a leitura e a escrita não deve e nem pode ser privilégio de alguns. Por outro lado, os anos de dívida cultural foram responsáveis pela criação de uma cultura que já foi chamada de *underground*, isto é, uma cultura subterrânea e maldita, execrada pela sociedade organizada e burguesa, dona de todos os melhores espaços. Essa sociedade estruturou este esquema e nele se instalou com anseios de eternidade.

Muito do que se diz e se faz na educação ainda reflete a força dessa sociedade, da política, da economia, enfim, de todo o contexto social. Quer dizer que o que é bom para o poder é bom para todos.

O tempo foi se encarregando de modificar a situação, o oprimido foi se libertando e impondo a sua voz, a sua fala, o seu diálogo, a sua expressão e linguagem, forte em todas as suas características, tanto orais quanto escritas.

Assim formou-se uma espécie de bolha, para a educação um impasse. Como ensinar? O que ensinar? Que língua é esta que o povo fala? Escreve? E agora, que se pode fazer? Tais perguntas ficam no ar, sem respostas que satisfaçam, especialmente, à atual sociedade com seus mecanismos de poder e dominação.

A língua, essencialmente humana, senhora de si, caracteriza-se pela mobilidade e adaptabilidade a novos contextos, circunstâncias e modos de como a utilizam. O universo de influências sobre a língua e a linguagem é infinito. Todas as características do processo de civilização incidem diretamente sobre as palavras, a formação das frases, dos períodos, dos textos. O mundo em ebulição e imerso em realidades distintas formuladas pelo processo de globalização torna a língua ainda mais livre e a transforma radicalmente.

A linguagem dos nossos dias não guarda muito da sua história, do seu passado. Ela se remodela, se repagina e veste novos vestidos multicoloridos, de tons e sobretons. A forma e o estilo da língua considerada padrão no século XIX não são mais praticados, nem na escrita e nem na oralidade. Essa movimentação natural trouxe novos padrões, adequados à evolução

social, transformando a língua do passado em relíquia. Sim, relíquia. E justamente por ser relíquia precisa e deve ser conservada e respeitada na sua condição de patrimônio cultural e humano. Entretanto, não se pode pretender que o padrão passado seja imposto ao presente em seu cotidiano. Nem se pode e nem se consegue.

A pergunta maior persiste: o que fazer diante de um quadro assim? É evidente que não há respostas prontas, mas evidente também é que algo há a se fazer, há que se buscar um consenso, pois forçar a leitura, especialmente de crianças e jovens têm se mostrado uma ação improdutiva e que, ao invés de aproximá-los os distancia das palavras escritas. Considerando-se que a expectativa é a de que o professor faça o encaminhamento dos seus alunos na direção do universo da leitura, necessário é levar alguns pontos ao debate sobre a formação docente. Diz-se incansavelmente sobre este processo de muita importância.

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante, investir a pessoa" e dar um estatuto ao, saber da experiência" (NÓVOA, 1997, p. 25).

Na verdade, quase tudo foi dito, desde a má remuneração e perda de autonomia e de *status* do professor até outras questões, a exemplo da falta de tempo e de condições do professorado de atualizar-se, de discutir o seu fazer pedagógico e de refletir sobre o cenário onde está inserido com os seus educandos, em suma, o professor deve provocar o encontro do leitor e o texto, promovendo o gosto por leitoras diversas e de acordo com o gosto de cada um. (COENGA, 2011).

A realidade do professor é que se trata de um profissional aviltado em sua condição, que não dispõe de estrutura, de materiais para o exercício de sua profissão, de tempo disponível para leituras. Enquanto isto acontece, um fenômeno inédito corre a superfície civilizada da terra. As cidades se aprimoram em sistemas tecnológicos, a rede Internet veicula uma quantidade incontrolável de informações, inclusive abrindo as portas da virtualidade para que todos se expressem, escrevam, leiam livremente. Por sua vez os jovens desenvolvem uma rejeição muito grande ao ambiente escolar no qual, em muitos casos, o mundo parece haver estacionado.

A formação docente tem sido debatida profundamente, mas pouco tem sido oferecido no sentido de um reposicionamento, de um replanejamento adequado, da oferta de um material moderno e que venha a atender às reais necessidades do exercício da profissão. Há

um excesso de teorização em detrimento de ações, de sugestões de práticas, de um debate sobre as novas visões de práticas de ensino que envolvam a leitura e a escrita.

Para Martins (2007, p. 34),

[...] função do educador não seria precisamente a de ensinar a ler, mas a de criar condições para o educando realizar a sua própria aprendizagem, conforme seus próprios interesses, necessidades, fantasias, segundo as dúvidas e exigências que a realidade lhe apresenta. Assim, criar condições de leitura não implica apenas alfabetizar ou propiciar acesso aos livros. Trata-se, antes, de dialogar com o leitor sobre a sua leitura, isto é, sobre o sentido que ele dá [...].

Em geral, a escola continua menosprezando a expressão dos alunos, do povo e insistindo em manter uma situação insustentável, mesmo porque, a linguagem padrão atual, tanto a oral quanto a escrita, apresenta novos aspectos, diferentes posicionamentos, novas palavras e expressões. Ou seja, não corresponde mais ao mesmo estilo de décadas passadas.

Atualmente, o padrão oficial da língua tem se espelhado no jornalismo, na forma como a mídia entende que funciona a linguagem e de como atinge o público. Camões não é mais o modelo, mas a relíquia representativa de uma época. Machado de Assis e tantos outros representantes das literaturas de Língua Portuguesa também são tratados como relíquias. Acontece, todavia, que a maneira como esses mestres escreveram e falaram a língua portuguesa não se identifica mais com o contexto atual. Obras de arte da escultura e da pintura são protegidas em museus, composições musicais são gravadas e conservadas sob cuidados especiais da tecnologia. Temos acesso a este conjunto de produções, mas não o utilizamos no cotidiano, mesmo porque não se poderia, por exemplo, colocar a escultura original da Pietá em uma sala de nossa casa.

A partir de tal raciocínio, pode-se chegar a outro, desta feita sobre o papel do professor como mediador da leitura. Um mediador é o sujeito que fica no meio, que interfere no processo de mediação, que sabe como fazer isto e porque o está fazendo. Um mediador se estabelece em um ponto central no qual não impõe, mas demonstra conhecer a temática. Seria improvável para alguém que não aprecia e nem tem aproximações com a música, por exemplo, mediar um evento, um debate, uma aula sobre a música. Portanto, se o docente não tem acesso ao mundo da leitura, seja também por estas ou aquelas razões, natural é que ele não disponha de ferramentas adequadas para conduzir, mediar um debate sobre a leitura. E se não produz texto, também estará igualmente impossibilitado de dedicar-se à mediação de técnicas de escrita. Nada parece tão certo e natural.

No máximo, se pouco ou nada alguém entende da arte cinematográfica, só lhe restaria ver filmes e dizer que gostou ou não gostou. Não é este o papel da educação, da escola e muito menos do professor. Nesse caso, é preciso olhar de frente a problemática e admitir que o docente não tem o hábito, o costume, o gosto de ler ou de escrever e, assim sendo, se encontra tolhido na sua condição de suposto mediador da leitura.

Para tocar outra veia deste assunto, pensa-se, também, no incentivo e na motivação. Hora então de se perguntar e responder com sinceridade sobre quais incentivos e motivações têm os nossos professores no sentido de que leiam, escrevam e medeiem seus educandos. A resposta a este item vem a ser o vazio, a conversa sem fundamento, o debate fracassado. Um indivíduo que vive a realidade de boa parte do professorado brasileiro, ainda que se lhe sejam fornecidos lotes de livros de todo tipo, o real é que ele não dispõe de habilidades ou de técnicas relativas a como fazer o encaminhamento da leitura. E quem não lê, igualmente não escreve. Forma-se, assim, uma farsa, uma situação excêntrica em que uns apenas dizem pelo simples fato de dizer e seguem seus afazeres e, outros, escutam o que foi dito e voltam para as suas realidades.

Por outro lado, está ocorrendo um fenômeno de características do ambiente gerado pelo *modus vivendi* capitalista, em si mesmo incentivador da competitividade. As livrarias estão se esmerando, especialmente as belas lojas dos *shoppings* nos quais se tornou algo em moda indivíduos permanecerem somente perambulando e folheando livros e revistas naquele espaço. Espalhados nessas livrarias estão pessoas de todas as idades que manuseiam os livros devida e tecnicamente trabalhados para que atraíam compradores e não propriamente leitores. Sentados em ambientes de lazer crianças e jovens folheiam livros coloridos e até uns que são luminosos e animados. Em poltronas confortáveis, adultos folheiam revistas, especialmente aquelas que se dedicam à vida de gente famosa, à moda e a outras amenidades. Há também uma utilidade nisto, não se estabeleça aqui algum tipo de preconceito, pois se trata de um lazer válido e que, inesperadamente, produza um resultado positivo, o de atrair o indivíduo para a leitura. Continuando pelas dependências amplas das modernas e atrativas livrarias, é fácil observar pessoas manuseando livros de diversas áreas do conhecimento humano. Da mesma forma, o observador notará que, após algumas páginas, esses indivíduos devolvem os livros às prateleiras. Há mesas para a leitura e um providencial cafezinho e bate papo com amigos e colegas. Depois do passeio, do café da conversa animada, muitos vão embora sem que algo tenham adquirido. Bem notado é o fato de que, quanto a professores, o que se vê nesses ambientes é a afluência, ainda que mínima, de professores universitários. Ali não costuma frequentar o docente da vasta rede pública de ensino.

Há um esforço significativo da indústria gráfica no sentido de incrementar a publicação de obras dos mais diversos temas e matizes. O investimento econômico não é poupado e, a publicação de obras não tem as mesmas exigências e cuidados que já prevaleceram nos séculos XIX e XX. Atualmente a publicação de livros é democrática e nem sempre atende a critérios rígidos. Aposta-se numa bonita capa e lança-se o livro aos olhos não experimentados dos leitores/compradores. A engenharia desses ambientes remete à de um *self-service*, quem não tem educação para comer em restaurantes de comida a quilo, geralmente enche o prato com os olhos e termina não comendo e gastando mais. Entre esses leitores desenvolve-se uma atitude por vezes compulsiva como em relação aos alimentos. Envolvidos na estrutura de *marketing* das livrarias e editoras, compram pela capa e, em seguida, abandonam o livro em algum canto da casa. Muitos desses “leitores”, após abandonarem o livro que, momentaneamente, os encantou, abrem seus computadores onde leem indiscriminadamente, absolutamente livres nas águas *online*. Benevides (2002, p.44) que ser um bom leitor, independentemente da modalidade de leitura “[...] é o mesmo que ser um leitor habilidoso, ou seja, o leitor pode desenvolver habilidades, conforme tenha se utilizado de técnicas que o ajudem a ler melhor ou com eficiência [...]”

Mas, e então, o que fazer? Como buscar uma saída para essa situação que, repentinamente se formou e cresce desmedidamente? O que fazer nessa encruzilhada entre o passado da imposição, a zona sombreada onde as mudanças aconteceram em silêncio e a nova realidade do mundo da leitura e da escrita. Exatamente dos dois, do ler e do escrever, pois são irmãos xifópagos. Dificilmente a maior parte do professorado ainda na ativa, além de não ter desenvolvido propriamente o hábito da leitura e da escrita, encontra-se na condição de analfabeta ou semi-analfabeta digital. Não há mais portas que ofereçam resistência à entrada da informação, do esclarecimento e da pesquisa, mas, ainda assim, persiste a desorientação no espaço social, não apenas na virtualidade.

Há muitas perguntas e muito a ser debatido e refletido, inclusive sobre a questão didático-metodológica do ensino da Língua Portuguesa. O nome próprio do idioma ainda é pronunciado por brasileiros que sentem na boca o gosto de Portugal e não do Brasil. Trata-se de uma questão de mentalidade e, ainda, um traço cultural bem definido e que aponta para a herança do período colonial. Como custa libertar-se e como custa entender que a língua é em sua essência libertadora, mas também pode aprisionar os sujeitos que dela fazem uso.

Toda esta argumentação aqui desenvolvida precisa deixar claro um ponto de indiscutível importância: a língua tem valor em si mesma e nas possibilidades que proporciona, tanto como libertadora quanto como criadora de mundos e garantidora de

ascensão social, de autonomia, de equilíbrio psicológico. A história e o universo cultural que circundam a Língua Portuguesa se constituem patrimônios da nação ao longo de todo o processo de formação do povo brasileiro e isto precisa ser preservado.

Por outro lado, tendo em vista a evolução da civilização, não há como aprisionar as pessoas no passado, mas sim, orientar-lhes no sentido de conservação desse patrimônio e no respeito às novas formas de falar, de ler, de escrever. Por esses caminhos o docente trabalhará com os autores que gravaram seus nomes na história da língua e das literaturas do idioma lusitano quanto reconhecerá a riqueza da expressão daqueles deste tempo e cuja manifestação não encontra espaço. Especialmente, no Brasil, a mesma valorização da língua portuguesa e de suas características nacionais deve ser motivo de preocupação dos docentes e de toda a sociedade.

Neste ponto da reflexão inclua-se o quanto estão distanciados, não apenas os alunos, mas também muitos docentes, da leitura de obras como as produzidas por Camilo Castelo Branco, José Régio, Fernando Pessoa, Florbela Espanca, Machado de Assis, José Lins do Rego, Clarice Lispector, Érico Veríssimo, Cecília Meireles, Tobias Barreto de Meneses, Pedro Calazans e tantos outros representantes do pensamento português, do brasileiro e, especificamente, do sergipano.

Mesmo que esses nomes no parágrafo anterior citados sejam conhecidos e reconhecidos, não quer dizer que são lidos, estudados. E, quanto àqueles que estão vivos e ativamente produzindo suas obras, na verdade, são nossos ilustres escritores desconhecidos. Além do que, a moda tem imperado no campo da escrita, endeusando um autor e uma obra para, depois de algum tempo, jogá-los no esquecimento.

Literaturas questionadas pelos críticos e pesquisadores, a exemplo das obras chamadas de autoajuda, ou outras voltadas para a espiritualidade têm se tornado a preferência da maioria do público leitor brasileiro, inclusive dos docentes. Definitivamente, se poderia afirmar que a produção de obras literárias ou mesmo de pesquisa estão destinadas ao obscurantismo moderno. A produção e a publicação *online*, mesmo por causa de suas características totalmente democráticas e sem controle ganham adeptos, não apenas de leitores, mas de todo aquele que deseja escrever e veicular seus textos na Internet. Basta uma passagem de cinco minutos para que se note a inocuidade de determinadas publicações.

Não se tem a noção de quantos docentes têm tido a preocupação de navegar na Internet a partir de uma atitude investigativa, do olhar que percebe as transformações e a lixeira que se cria em vastos espaços virtuais. Enquanto isso, *sites* de bibliotecas de grande

porte e qualidade não são regularmente acessados. Quase toda a riqueza mundial está sendo progressivamente digitalizada e entregue ao público leitor. Mas que público leitor é esse?

Nos espaços virtuais, tanto se pode ler quanto escrever e publicar, mas quantos docentes de escolas públicas estão fazendo isto? Ou, pelo menos, quantos são os que disto tomaram conhecimento? Acontece uma situação cultural de proporções gigantescas e quase que totalmente desconhecidas, surpreendentes. A educação ainda não encontrou um porto seguro de onde partir na direção de um ensino de qualidade e o docente se encontra sem o preparo e sem as ferramentas que lhe proporcionem uma prática reflexiva e produtiva.

Os eventos de formação, por sua vez, não podem ser planejados com as medidas e as concepções do passado, pois dessa forma, o resultado será o fracasso e o dispêndio de esforços e verbas. O professor não alcançará êxito na sua função de mediador sem que para tanto seja, no mínimo, equipado para a realidade da sociedade e da geração atuais. Este debate não tem ponto final, mas uma pausa para uma reflexão comprometida com os destinos da formação docente para este milênio de incontáveis surpresas e situações-problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação do professor mediador foi examinada neste estudo com a preocupação de se refletir sobre as mudanças que ocorrem na sociedade atual e de como enfrentar os empecilhos que tolhem a ação docente e comprometem os resultados esperados do desempenho dos educandos.

Está clara a noção de que a educação se encontra em um limite tal que não permite arranjos e ações cujos fundamentos são frágeis e ultrapassados para a época e para a mentalidade do jovem em formação. Entendemos que, a todo instante, surgem novos desafios e a informação vai sendo acumulada, tanto na profusão de livros impressos quanto na produção/publicação em rede mundial de computadores. Entendemos ainda que todos nos encontramos admirados diante da paisagem das transformações e, especialmente, diante das novas formas de ler e de escrever.

Firma-se em nossa compreensão que não é mais possível continuar alimentando ilusões enquanto o mundo avança e se modifica a cada segundo, remetendo-nos à desconfortável posição de ignorantes, de sujeitos cuja expressão oral ou escrita não se ajusta mais aos moldes do passado e nem aos do presente.

Avistamos uma paisagem real em que o docente não consegue levar adiante a sua responsabilidade de mediar a leitura, de conduzir a produção escrita das crianças e dos jovens

que se encontram nas salas de aula enquanto se comunicam com amigos e colegas através dos inúmeros aparelhos modernos. Esses educandos usam a tecla *whatsapp* e se comunicam facilmente com o mundo enquanto é grande o contingente de adultos que muito mal sabem usar duas funções de um celular de modelo simples: ligar, desligar.

A velocidade das transformações tem que ser acompanhada de alguma forma, o que significa dizer que os docentes precisam acelerar a mente para que, durante uma aula, demonstrem ser também capazes de realizar a maioria das formas (tradicionais e modernas) de ler e de escrever. Assim será possível tornarem mediadores. O ponto nevrálgico desta questão é justamente saber como tal situação imaginada virá a se tornar realidade.

REFERÊNCIAS

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. São Paulo: Ática, 2012.

BENEVIDES, Araceli Sobreira. **Leitura e formação docente: a trajetória da prática da leitura de alunos/as do curso de Letras**. Natal, 2005. 313 p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

COENGA, Rosemar Eurico. **Educação literária**. Presença pedagógica, Belo Horizonte, v. 17, n. 97, p. 16-21, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 48ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAROSSA, Jorge. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

NÓVOA, A. Formação de Professores e profissão docente. In NOVOA, A. (org.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.